

Poder constituinte

↳ Poder constituinte

↳ originário

histórico

revolucionário

↳ divisor

↳ supranacional

↳ derivado

reformador

decorrente

revisor

@beatriznamiestudies

↳ poder constituinte originário

conceito

É aquele que instaura uma nova ordem jurídica, um novo Estado, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.

▶ o poder constituinte originário pode ser subdividido em histórico e revolucionário.

- histórico seria o verdadeiro poder constituinte originário.

- revolucionário seriam todos os posteriores ao histórico.

características

É inicial, autônomo, ilimitado, incondicionado, soberano na tomada de decisões, poder de fato e poder político, permanente.

formas de expressão

- outorga: declaração unilateral do agente revolucionário.

- assembleia nacional constituinte: nasce da deliberação da representação popular, destacando-se a CF de 1988.

↳ poder constituinte derivado

O poder constituinte derivado é também denominado instituído, constituído, secundário, de segundo grau ou remanescente.

▶ É criado e instituído pelo originário.

▶ O derivado deve obedecer às regras colocadas e impostas pelo originário, sendo, nesse sentido, limitado e condicionado aos parâmetros a ele impostos.

Pode ser classificado em derivado reformador, decorrente e revisor.

reformador

tem a capacidade de modificar a CF, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário.

decorrente

Assim como o reformador, por ser derivado do originário e por ele criado, é também jurídico e encontra parâmetros nas regras estabelecidas pelo originário. Sua missão é estruturar a Constituição ou, em momento seguinte, se houver necessidade de adequação, modificá-la.

• não se estende aos municípios e territórios Federais.

revisor

assim como ambos acima, o revisor é fruto do trabalho de criação do originário, estando, portanto, a ele vinculado.

↳ poder constituinte difuso

Pode ser caracterizado como um poder de fato e se manifesta por meio das mutações constitucionais, quais sejam, altera-

ções no sentido interpretativa das normas.

@beatrizhamiestudies

↳ Poder constituinte Supranacional

Busca a sua fonte de validade na cidadania universal, no pluralismo de ordenamentos jurídicos, na vontade de integração e em um conceito remodelado de soberania, buscando estabelecer uma Constituição Supranacional legítima.

↳ Nova Constituição e ordem jurídica anterior

recepção todas as normas que forem incompatíveis do ponto de vista material com a nova Constituição serão, por regra, revogadas, em razão da ausência de recepção.

- a contrário sensu, a norma infraconstitucional que não contrariar (materialmente) a nova ordem será recepcionada.

- para que seja recepcionada, a norma deve preencher todos os requisitos:

- ↳ estar em vigor no momento do advento da nova Constituição;
- ↳ não ser infraconstitucional;
- ↳ ter compatibilidade material;
- ↳ ter compatibilidade formal e material perante a Const. sob cuja regência ela foi editada (no ordenamento anterior).

repristinação ocorrerá quando uma lei revogada volta a produzir efeitos se a lei que a revogou vier a ser revogada. Para isso é necessária previsão expressa. Dessa maneira, para a lei ser recebida, o texto de 1988 teria que expressamente determinar.

desconstitucionalização ocorre que as normas da Constituição anterior, desde que compatíveis com a nova ordem, permanecem em vigor, mas com o status de lei infraconstitucional.

- depende de expressa manifestação da nova Constituição.

recepção material de normas constitucionais ocorre quando uma norma da Constituição anterior é recepcionada com o mesmo status de norma constitucional pelo novo ordenamento jurídico.

- normas tem que serem recebidas no prazo certo e com caráter precário.
- só é admitido se houver expressa manifestação da nova Constituição, caso contrário, serão revogadas.